

# Os retoques do “pacote”

por Celso Pinto  
de Brasília

O pacote externo brasileiro já conta com os US\$ 2,5 bilhões em créditos comerciais governamentais, mas apenas o governo norte-americano, através do Eximbank, aceitou formalizar o compromisso. O US\$ 1 bilhão restante ficará apenas como uma disposição de vários governos, comunicada individualmente a William Dale, assistente do diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Jacques de Larosière. A informação foi apurada por este jornal junto a uma fonte bem informada que também não acredita em imprevistos para o fechamento dos US\$ 6,5 bilhões junto aos bancos privados.

Apesar de os governos não terem assinado compromissos, o FMI considera o processo concluído. Foi nestes termos — e na qualidade de coordenador do pacote externo brasileiro — que o FMI comunicou formalmente a questão ao Departamento do Tesouro norte-americano. Este, por sua vez, já enviou uma carta ao Eximbank confirmando oficialmente a participação dos outros governos no pacote de créditos comerciais. A previsão é de que o crédito do Eximbank ao Brasil, no valor de US\$ 1,5 bilhão, e sob a forma de garantias, já esteja disponível nas próximas semanas.

Todo este processo de comunicações e garantias era imprescindível, por várias razões. Em primeiro lugar, é claro, porque o pacote de recursos ao Brasil,

pelo que ficou acertado desde o início, tinha de ser integralmente coberto ou não existiria. Neste sentido, era tão importante assegurar os US\$ 6,5 bilhões em novos recursos dos bancos privados quanto os US\$ 2,5 bilhões em créditos comerciais dos governos.

Além disso, o próprio crédito oferecido e formalizado desde o início — o US\$ 1,5 bilhão do Eximbank norte-americano — também sempre esteve condicionado à complementação do pacote de US\$ 2,5 bilhões. Foi esta a condição comunicada pelo Eximbank ao Congresso norte-americano, ao justificar a abertura da linha adicional de crédito ao Brasil. Como se recorda, a atitude do Eximbank, na época, gerou controvérsias entre os congressistas norte-americanos.

A fonte não detalhou quais os países que comunicaram ao Fundo sua disposição de manter linhas de crédito comercial para o Brasil neste ano. Confirmou, de toda forma, que os principais são os países já mencionados, como Canadá, Japão, Alemanha e França. A Grã-Bretanha, que desde o início se recusou a assinar qualquer compromisso de concessão de créditos comerciais ao Brasil, também estaria incluída nesta linha “informal” de adesões.

A recusa em formalizar os créditos é explicável por várias razões. A essência da resistência é política: os países engajados neste programa são os mesmos que haviam concordado — e assinado — em

(Continua na página 12)



# Governo norte-americano pode cobrir o que está faltando no "jumbo"

por Reginaldo Heller  
do Rio

O governo norte-americano poderá participar do empréstimo "jumbo" de US\$ 6,5 bilhões, com uma "tranche" equivalente ao resíduo de US\$ 100 milhões aproximadamente, ainda não integralizado por cerca de 30% dos bancos consultados, e que vêm opondo acentuada resistência.

Essa "tranche", contudo, teria um prazo menor, possivelmente de um ano, no máximo, equivalente na prática a um empréstimo-ponte, semelhante ao concedido pelo Tesouro norte-americano no final de 1982. Essa hipótese, tida como remota há algumas semanas, devido às fortes resistências do Congresso dos Estados Unidos e à sua excepcionalidade em relação aos demais devedores do Terceiro Mundo, vem assumindo conotações cada vez mais verossímeis, nos últimos dias, segundo análise de representantes de bancos americanos participantes do comitê de assessoramento da dívida externa brasileira e até de algumas fontes qualificadas com acesso à elite do mercado financeiro internacional.

A presença do subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, Beryl Sprinkel, no Brasil desde ontem, culmina um minucioso trabalho executado pelo governo norte-americano, através do Tesouro e do Federal Reserve, de avaliação em profundidade da situação econômica e financeira do País e das soluções possíveis para a atual crise. Esse trabalho adquiriu contornos mais nítidos após o relatório elaborado por Bruce Juba, do setor de nações em desenvolvimento do Departamento do Tesouro, e Thomaz Claessner, da Divisão de Finanças Internacionais do Fed, que estiveram no Brasil na primeira semana de dezembro.

Então, ambos foram cercados por John Abbott, da Embaixada norte-americana, e atendiam a uma determinação de George Shultz, secretário de Estado, que, preocupado com a situação brasileira, encomendara um estudo com alternativas.

Segundo informou um representante do banco estrangeiro, o governo americano já se preparava, em dezembro, para a eventualidade de dificuldades para um acordo com a comunidade financeira privada. Algumas fontes afirmam que as autoridades norte-americanas já desconfiavam da resistência de alguns bancos.

## PRECEDENTE

Segundo informou, também, uma alta fonte ligada a comunidade financeira, se os grandes bancos cobrirem a parte dos resistências, certamente estarão criando um precedente grave, pois a prática da equidade estaria sendo rompida e outros bancos poderiam não manter sua participação. Uma fonte de banco do comitê assegurou a este jornal que os grandes já manifestaram sua intenção de não aportar recursos adicionais à sua cota parte.

O impasse, portanto, somente seria resolvido mediante a participação do governo americano, razão apontada para as declarações do presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore para, também, condicionar ao empréstimo a sua integralização total.

O raciocínio, contudo, es-



Beryl Sprinkel

## Sprinkel encontra Delfim

O subsecretário do Tesouro norte-americano, Beryl Sprinkel, encontrou-se ontem com várias autoridades do setor econômico brasileiro, em Brasília, durante jantar na casa do novo embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Diego Asencio. O porta-voz da Embaixada, Donald Hanger, informou que a visita do subsecretário do Tesouro é de "rotina", e que ele viaja hoje para o Rio de Janeiro.

Participaram do jantar de Sprinkel o ministro do Planejamento, Delfim Netto; o ministro da Fazenda, Ernane Galvães; o chefe da Assessoria Internacional da Sepplan, José Botafogo Gonçalves; e o diretor da Área Externa do BC, José Carlos Madeira Serrano.

barraria na resistência política a qualquer operação de socorro pelo governo americano. Nesse sentido, o apoio das empresas americanas, sediadas no País, seria determinante para convencer os congressistas dos Estados Unidos da importância da ajuda. Tal ajuda, contudo, poderá não ser concretizada diretamente pelo Tesouro, mas, eventualmente, por outra a agência governamental, ou pelo próprio Federal Reserve. Pois, uma alternativa vem sendo descartada peremptoriamente: a liquidez brasileira. De qualquer forma, esse é na verdade o tema principal dos encontros de Beryl Sprinkel, com as autoridades brasileiras, empresários americanos e brasileiros, em sua atual visita.

## Nova missão do FMI em fevereiro

O secretário geral da Sepplan, José Flávio Pécora, informou ontem que nova missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) virá ao Brasil em meados de fevereiro, embora a viagem só estivesse prevista para os últimos dias do mês. Pécora disse que estava satisfeito com o cumprimento das metas de expansão monetária programadas para o ano passado, que foram estabelecidas em comum acordo com o FMI.

Pécora, afirmou ainda que acredita que o Brasil também cumprirá as metas previstas para o primeiro trimestre deste ano, que, em termos de expansão monetária, devem sofrer queda de 3,8% nos meios de pagamento e crescimento de 2% na base monetária. Ele atribuiu o desvio das metas de expansão da moeda em 1983 à concentração de pagamentos de impostos no fim de ano e à atuação do BC no mercado de títulos.

# Credores aderem com imposições técnicas para diminuir o risco

por Sônia Jourdoni  
de São Paulo

"As líras nós temos, mas os dólares nós precisamos procurar." Esta frase, pronunciada ontem por alta fonte de uma representação bancária italiana no Brasil, resumiu perfeitamente o espírito de várias declarações ouvidas ontem por este jornal — de instituições espanholas e japonesas —, a respeito das dificuldades acumuladas na fase de fechamento do empréstimo "jumbo" que o País solicitou à comunidade credora internacional.

Ainda às voltas com problemas de adesões formais não contabilizadas pelo comitê assessor da dívida em Nova York, o Banco Central tenta contornar questões técnicas que poderão surgir na efetivação dos desembolsos. É que, desde que as promessas de crédito começaram a ser feitas, foram alinhavadas várias condicionantes, com destaque, entre elas, à que pode fazer do "jumbo" uma cesta de moedas e não uma soma fechada de US\$ 6,5 bilhões.

Os bancos italianos, por exemplo, atendendo a decisão da Associação Bancária Italiana, já formalizaram o pedido ao comitê as-

essor e ao BC de que sua parte seja aceita em líras. Os contatos continuam cruzando o Atlântico, revelou o representante de uma instituição italiana, acrescentando que os banqueiros ainda esperam, com estas ligações para Nova York e Brasília, convencer o comitê assessor e o Banco Central do Brasil a concordarem com o desembolso em moeda italiana. "O BC reluta em aceitar", observou a fonte, e informou que as negociações mantidas nos primeiros dias da semana deverão prosseguir hoje.

Isso envolve cerca de US\$ 80 milhões, ou 130 bilhões de líras, e, do ponto de vista dos bancos italianos, o problema é sério e não há muita escolha para o Banco Central. "O compromisso foi feito com a ressalva de que cumpriríamos a nossa parte com o equivalente em líras", repetiu outro representante italiano, para quem a questão deve ser vista dos dois lados: é natural que o tomador queira dólares, mas também são evidentes as dificuldades dos credores, que precisam diminuir o risco cambial. "Os Regiões dos Estados Unidos relutam, mas têm dólares em caixa, e com exceção dos árabes, que possuem seus petrodólares, todos os ou-

tros estão enfrentando o problema de contar com depósitos em moeda americana, apenas em linhas de curto prazo, enquanto o Brasil pede um empréstimo de longo prazo."

As explicações dadas pelos bancos japoneses e espanhóis são basicamente as mesmas, às quais as fontes consultadas ontem por este jornal somam algumas dificuldades extras. Os grandes bancos, que respondem pela maior parte da cota japonesa no "jumbo", já aderiram, e faltam apenas algumas instituições menores. Entre os que responderam e os que ainda não se pronunciaram, existe um grupo que também condiciona sua participação à possibilidade do desembolso em ienes. O representante de uma instituição que faz parte desse grupo revelou ter formalizado sua adesão dia 16 de novembro passado, sem receber até agora nenhuma observação do comitê assessor quanto à ressalva de que sua parcela no empréstimo teria de ser convertida, obrigatoriamente, em ienes.

Os bancos japoneses que estão nessa situação destacam um segundo elemento complicador: o Ministério das Finanças do Japão impõe um limite anual de ex-

pansão para os empréstimos em ienes que ainda está em estudo. Mas mesmo que as instituições conhecessem seu limite não poderiam pedir licença especial do Ministério para a exclusão dos créditos ao Brasil porque a taxa de câmbio a ser praticada na conversão da moeda japonesa pelo equivalente em dólares ainda não está estabelecida.

Quanto aos bancos espanhóis, estão entre o papel de "vilões" que lhes empresta a resistência em aderir formalmente ao "jumbo" e a necessidade de atender às determinações da Associação Espanhola de Bancos, que ainda discute alguns aspectos técnicos relativos ao empréstimo. Hoje, às 5 horas (horário de Madri), a instituição reúne os banqueiros envolvidos no processo de renegociação da dívida brasileira e poderá decidir, entre outras coisas, se abre mão da exigência de que os desembolsos de responsabilidade da comunidade credora espanhola sejam feitos através de uma "escrow account", ou seja, uma conta que bloqueie os recursos, vinculando-os à remessa, em regime prioritário, dos pagamentos de juros em atraso que o Brasil acumulou para com os bancos da Espanha.

## CUSTO DO DINHEIRO

### Aumenta a procura de 65 letras de câmbio

por Ângela Bittencourt  
de São Paulo

E grande a procura por letras de câmbio nas agências bancárias. Os aplicadores, chamados de "varejo", de quantias de Cr\$ 1 milhão a Cr\$ 5 milhões ou Cr\$ 10 milhões, decepcionados com a queda acentuada do rendimento das cadernetas de poupança e fugindo das aplicações no "open" e "over", que tiveram aumento de tributação de 4 para 8% no dia 1º de janeiro, estão redirecionando seus recursos para os títulos prefixados. Estes títulos, emitidos pelas financeiras, estão com as taxas de remuneração praticamente estáveis desde o final do ano.

Gerentes de grandes bancos consultados por este jornal ponderam que muitos aplicadores estão informados com o rendimento da caderneta em dezembro e tentam sair deste investimento antes que a taxa caia ainda mais. A título de exemplo, em setembro a caderneta rendeu 10,05%; em outubro — com a correção monetária recorde de 9,7% — rendeu 10,25%; em novembro 8,94%; e, em dezembro, 8,13%. Uma letra de câmbio negociada pela taxa média de 180% brutos ao ano por 180 dias rende 8,48% ao mês já descontado o Imposto de Renda.

A diferença determinante entre as duas aplicações, que acabou beneficiando a poupança, nos últimos meses, é a liquidez. A caderneta, desde meados do ano passado, tem renda mensal, enquanto os resgates das letras de câmbio podem ser feitos apenas em seis meses — prazo da aplicação. Nos últimos meses, como a inflação insistia em se manter elevada, era interessante a aplicação em caderneta que rende juros mais correção monetária e está isenta de tributação até 3.500 UPC — cerca de Cr\$ 20,6 milhões. Com expectativa de inflação alta, os títulos prefixados ficaram muito comprometidos, pois em sua remuneração eles já embutem a estimativa de inflação.

## BOM MOMENTO

No entanto, observam os gerentes dos bancos, os clientes acreditam que tudo vai ser feito para derrubar a inflação e que este pode ser um bom momento para se garantir determinada rentabilidade para suas economias, especialmente porque as taxas de remuneração das letras de câmbio são consideradas atraentes. Embora no "varejo" as operações sejam frequentes, o mesmo não ocorre em mercado. As instituições financeiras partem para negociação com títulos privados apenas quando as operações são "casadas". Isto é, quando elas já têm um comprador final para os papéis não tendo de financiá-los, portanto, diariamente.

Ontem, financeiras ligadas a grandes bancos remuneravam as letras de câmbio entre 180 e 185% brutos ao ano por prazo de 180 dias. Líquidas estas taxas equivalem a 62,94 e 64,26% para resgate em 180 dias. As financeiras ligadas às indústrias automobilísticas ofereciam de 188 a 190% ao ano por 180 dias; e, as independentes entre 193 e 195%.

## Os retoques do "pacote"

por Celso Pinto  
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

reescalonar débitos brasileiros no âmbito do Clube de Paris. A formalização de créditos comerciais, em seguida, poderia gerar reações negativas do Legislativo de alguns países. Além disso, cada país preferiu negociar individualmente, e de forma sigilosa, sua expectativa de créditos ao Brasil, um dado sensível por razões evidentes. Coube ao FMI, ouvidos os países, constatar que o total chegava ao US\$ 1 bilhão adicional necessário.

Também a data do pacote que cabe aos bancos privados não poderá enfrentar problemas, segundo a fonte, apesar da demora na assinatura final. Os entraves principais, no momento, estão colocados em alguns bancos do Oriente Médio — que, de toda forma, já comunicaram informalmente sua disposição de adesão ao pacote —, alguns bancos espanhóis e muitos pequenos bancos norte-americanos. Faltam, segundo as fontes oficiais brasileiras, cerca de US\$ 130 milhões para completar os US\$ 6,5 bilhões.

## "ACORDO DE CAVALHEIROS"

A expectativa, segundo a fonte, é de que os últimos recalcitrantes acabem entrando no pacote e permitam sua assinatura na próxima segunda-feira. Há, de toda forma, uma garantia adicional muito importante: se este pacote chegar na undécima hora sem uma pequena fatia de recursos, há uma espécie de "acordo de cavalheiros" entre os grandes bancos no sentido de preencher a lacuna. A resistência em admitir esta disposição é facilmente justificável.

Se ela fosse pública e certa, é óbvio que os bancos que ainda não aderiram ao pacote jamais o fariam.

Os sucessivos adiamentos na data de assinatura do pacote não devem ser entendidos como complicações adicionais, explica a fonte. Na realidade, no final de dezembro, perto do dia 20 ou 21, ficou absolutamente claro aos responsáveis externos pelo pacote que seria impossível completar tudo o que era preciso ainda no final do ano, em razão das festas, ausências de dirigentes, etc.

## ASSINATURA ATÉ QUARTA-FEIRA

Por esta razão, acertou-se empurrar a data final para meados de janeiro e os trabalhos já foram retomados. Além das resistências em obter algumas adesões, há também complicações operacionais, diz a fonte, especialmente em relação aos créditos comerciais de curto prazo dos bancos, cujo esquema é diferente do "projeto 3" do ano passado.

Seja como for, a previsão é de o pacote inteiro ser formalmente concluído na próxima semana, possivelmente ainda na segunda-feira ou, no máximo, até quarta-feira.

## Iminente o fechamento ...

por Milton Coelho da Graça  
de Nova York  
(Continuação da 1ª página)

Várias vezes, os dirigentes do comitê manifestaram sua irritação com "um artigo que saiu no Brasil dizendo que o comitê está impondo condições ao Brasil".

O comitê, disse Rhodes, não está fazendo nenhuma imposição. Ele representa os bancos e, nessa condição, procura ajudar o Brasil a montar o "pacote" de renegociação.

Quanto à proposta feita por um diretor da firma corretora, Salomon Brothers, segundo a qual os bancos deveriam perdoar um terço da dívida dos países em desenvolvimento, Guy Huntrods claramente a apontou como inviável, embora admitindo diplomaticamente "o surgimento de muitas idéias para a solução do problema". A única solução possível, entretanto — os três insistiram —, é a que está sendo procurada, com os países montando programas de ajustamento econômico e os bancos mantendo sua função.

Rhodes esquivou-se de qualquer previsão sobre a próxima fase de renegociação, porque, "no momento, o comitê só pensa em completar a fase 2". Mas manifestou a confiança de que o crescimento econômico voltará e as condições de renegociações melhorarão à medida que as decisões tomadas pelo governo brasileiro forem sendo implementadas. "Os fatos da história mostram que os programas de ajustamento, apesar de seus inevitáveis custos sociais, restabelecem a estabilidade necessária ao crescimento econômico."

Leighton Coleman, respondendo a nova pergunta sobre a demora em se atingirem os US\$ 6,5 bilhões, argumentou que desde sexta-feira passada haviam chegado adesões no valor de US\$ 70 milhões; e

que, portanto, justifica-se a confiança do comitê de fechar o "jumbo" dentro de poucos dias. Huntrods, comentando as dificuldades para convencer os bancos que ainda resistem, contou que passou 1 hora e 15 minutos no telefone com o presidente de um banco escandinavo, até que este concordou em submeter novamente o caso brasileiro à sua diretoria, que antes havia decidido não participar. E Coleman contou que teve de trabalhar um mês e meio junto a um banco regional americano até conseguir que ele aderisse.

Rhodes não quis arriscar uma previsão sobre o comportamento das taxas de juros em 1984, limitando-se a reconhecer que elas "serão voláteis". Também se recusou a hierarquizar a importância dos problemas identificados no horizonte da economia mundial — déficit fiscal dos Estados Unidos, protecionismo, aumento dos juros, etc. —, afirmando apenas que "o elemento mais importante para a solução do problema da dívida é o aumento do comércio internacional".

Rhodes não respondeu diretamente a uma pergunta deste jornal sobre a posição dos bancos em relação a um possível aumento do papel do Fundo Monetário Internacional (FMI), nas futuras renegociações. Mas transmitiu a impressão de que os bancos preferem manter o esquema, com várias organizações internacionais participando da renegociação e sem que seja atribuído um papel ainda mais importante ao FMI.

E tanto ele quanto Huntrods negaram que as crescentes áreas econômicas de atrito entre Estados Unidos e Europa estejam produzindo efeitos nas negociações com os países devedores. "Existem áreas de acordo e desacordo entre os governos e entre os bancos. Mas até aqui, disse Huntrods, todos têm trabalhado juntos muito bem."

## AMBROSIANO

### Vaticano concorda em pagar parte da dívida

por Roger Cohen  
da AP/Dow Jones

O Vaticano estaria prestes a concordar em pagar o equivalente a US\$ 300 milhões da dívida de US\$ 1,3 bilhão deixada pelo falido Banco Ambrosiano SpA., informou o Wall Street Journal/Europe, citando fontes ligadas às negociações.

As fontes, que pediram para não ser identificadas, indicaram que os liquidatários, os bancos credores estrangeiros e o Vaticano já chegaram a um "acordo em princípio", pelo qual a Santa Sé pagaria parte da dívida. O total seria utilizado para satisfazer parcialmente os débitos com os bancos estrangeiros.

"Prevê-se um acordo integral, cobrindo não apenas as reclamações dos liquidatários contra o Vaticano como também as dos credores estrangeiros", disse uma fonte, acrescentando que o acordo poderá ser finalizado antes do início do próximo mês.

O Vaticano afirmava anteriormente não ter nenhuma responsabilidade pelos prejuízos causados pelo banco de Roberto Calvi, liquidado em agosto de 1982 após ser descoberto que a instituição tinha mais de US\$ 1 bilhão em empréstimos não honrados a companhias panamenhas. O Vaticano indicava não ter nenhum controle "direto ou indireto" sobre as empresas, e os empréstimos nunca foram cobertos.